

# Inclusão das Práticas Integrativas e Complementares nos Currículos da Graduação em Saúde: uma Revisão Integrativa

## *Inclusion of Complementary and Alternative Medicine in Health Undergraduate Curriculum: an Integrative Review*

Anna Victoria Maurer Ravaglio<sup>a</sup>; Marcela de Meira Lopes<sup>b</sup>; Maria Cecília Da Lozzo Garbelini<sup>\*a</sup>

<sup>a</sup>Faculdades Pequeno Príncipe, Programa de Pós-Graduação em Ensino nas Ciências da Saúde. PR, Brasil.

<sup>b</sup>Faculdades Pequeno Príncipe. PR, Brasil.

\*E-mail: [ceciliagarbelini@hotmail.com](mailto:ceciliagarbelini@hotmail.com)

---

### Resumo

A busca por abordagens integrativas e complementares em saúde é amplamente discutida no mundo. No Brasil esse movimento também é evidente, refletindo a importância da discussão sobre o cuidado integral. As Práticas Integrativas e Complementares (PICs) englobam diferentes técnicas terapêuticas e racionalidades médicas, que têm em comum a busca no equilíbrio dos aspectos físicos, mentais e espirituais. A Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) impulsionou o reconhecimento e a valorização deste tema no país, especialmente na atenção básica em saúde. Contudo, a falha na formação dos profissionais de saúde, para lidar com as PICs, é um desafio para sua ampliação no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diante disso, objetivou-se analisar como as PICs têm sido incluídas nos currículos dos cursos de saúde no Brasil. A metodologia envolveu uma revisão integrativa da literatura, com busca de artigos nas bases SciELO, BVS MTCI e Google Acadêmico, sendo incluídos na revisão 11 artigos. O resultado revela uma diversidade de abordagens em relação à inclusão das PICs nos currículos acadêmicos, demonstrando uma tendência de oferta de disciplinas optativas com foco teórico-conceitual e informativo, além de carga horária reduzida. Desta forma, destaca-se a importância de uma reflexão crítica sobre essa inclusão, considerando não apenas as diretrizes nacionais, mas também a diversidade regional e a demanda da população, pois a promoção de uma formação mais completa pode contribuir para a preparação de profissionais mais abertos em relação às práticas integrativas em saúde.

**Palavras-chave:** Currículo. Ensino Superior. Terapias Complementares.

### Abstract

*The search for integrative and complementary approaches in healthcare is widely discussed globally. In Brazil, this movement is also evident and reflects the importance of discussing comprehensive care. Complementary and Alternative Medicine (CAM) encompass therapies and medical rationalities that seek to balance physical, mental, and spiritual aspects of the human being. The National Policy on Integrative and Complementary Practices (PNPIC) has driven the recognition and appreciation of these practices in the country, especially in primary healthcare. However, the inadequate training of healthcare professionals to deal with CAM is a challenge for their expansion in the Unified Health System (SUS). Therefore, this integrative review aims to analyze how CAM have been included in the curriculum of healthcare courses in Brazil. The methodology involved an integrative literature review, searching for articles in SciELO, BVS MTCI, and Google Scholar, with 11 articles included in the review. The results reveal a diversity of approaches and scenarios regarding the inclusion of CAM in academic curriculum, demonstrating a trend towards elective courses with a theoretical-conceptual and informative focus, as well as reduced workload. Therefore, it is important to critically reflect on this inclusion, considering not only national guidelines but also regional diversity and population demand, as promoting a more comprehensive education can contribute to preparing professionals who are more open to integrative health practices.*

**Keywords:** Complementary Therapies. Curriculum. Teaching.

---

## 1 Introdução

A busca por abordagens mais holísticas e complementares em saúde tem sido amplamente discutida e fomentada em todo o mundo. Terapias complementares, ou medicina complementar, é um termo que abrange práticas que normalmente não fazem parte do sistema de saúde dominante (Homberg *et al.*, 2021). No Brasil esse movimento não é diferente e, cada vez mais, se reconhece a importância de se considerar a diversidade de práticas e saberes que podem contribuir para o cuidado integral (Boccolini; Siqueira; Boccolini, 2020).

As Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) englobam uma série de terapias, práticas

e racionalidades médicas, algumas delas milenares, que complementam as abordagens tradicionais em saúde buscando promover um equilíbrio entre os aspectos físicos, mentais e espirituais dos indivíduos. Entre as abordagens milenares estão a Medicina Tradicional Chinesa/Acupuntura e o Ayurveda, por exemplo, e entre as práticas mentais e corporais estão a Quiropraxia, Meditação, Reflexoterapia, Quiropraxia, Osteopatia, Massagem e Yoga. A visão ampliada do processo saúde-doença e a promoção do autocuidado são pontos que merecem destaque, e são compartilhados por essas práticas (Brasil, 2015; Medeiros *et al.*, 2021).

O reconhecimento e a valorização das PICS ganharam impulso no Brasil com a criação da Política Nacional de

Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), por meio da publicação da Portaria GM/MS no 971, de 3 de maio de 2006 (Brasil, 2006). Esta política traz diretrizes e responsabilidades institucionais para a implementação e oferta dessas práticas principalmente na atenção básica em saúde (Brasil, 2018a). Em 2006 a PNPIC previa inicialmente a oferta de Homeopatia, Medicina Tradicional Chinesa/ Acupuntura, Plantas Medicinais/Fitoterapia, Medicina Antroposófica e Termalismo Social/Crenoterapia. Posteriormente ocorreram duas ampliações da PNPIC sendo a primeira por meio da Portaria MS nº849 em 2017, e a segunda através da Portaria MS nº702 de 2018, e hoje a política abrange 29 práticas: Apiterapia, Aromaterapia, Arteterapia, Ayurveda, Biodança, Bioenergética, Constelação familiar, Cromoterapia, Dança circular, Geoterapia, Hipnoterapia, Homeopatia, Imposição de mãos, Medicina Tradicional Chinesa - Acupuntura, Meditação, Musicoterapia, Naturopatia, Osteopatia, Ozonioterapia, Plantas Medicinais – Fitoterapia, Quiropraxia, Reflexoterapia, Reiki, Shantala, Terapia Comunitária Integrativa, Terapia de Florais, Termalismo Social/Crenoterapia e Yoga (Brasil, 2018b).

A busca e utilização de tratamentos da medicina complementar para fins de prevenção de doenças e promoção da saúde tem aumentado significativamente. A utilização de plantas medicinais é uma prática muito antiga, e ainda pode ser o único recurso disponível para algumas comunidades e grupos étnicos segundo Boccolini, Siqueira e Boccolini (2020). Os autores ao realizarem um mapeamento da utilização de PICS no Brasil, demonstraram que a utilização de plantas medicinais é mais comum na região Norte do país, enquanto a acupuntura prevalece nas regiões Sudeste e Sul.

De acordo com o relatório publicado em 2020, com dados referentes a 2019, as PICS foram ofertadas em 17.335 serviços de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) em 4.297 municípios, sendo também disponibilizadas em todas as capitais brasileiras totalizando 693.650 atendimentos individuais, 104.531 atividades coletivas com 942.970 participantes (Brasil, 2020).

Neste cenário crescente de interesse da população por essas práticas de cuidado em saúde (Boccolini; Siqueira Boccolini, 2020), acredita-se que a formação deficiente dos profissionais para atuação com as PICS no SUS, é um dos pontos frágeis para a ampliação da sua oferta (Habimorad *et al.*, 2020).

Nesse sentido, justifica-se o estudo pois, a inclusão das PICS nos cursos de graduação em saúde surge como um desafio e uma oportunidade para desenvolver o olhar dos futuros profissionais, promovendo uma visão mais ampla e humanizada do cuidado em saúde. Portanto, a questão norteadora que embasou o presente estudo é “Como o tema práticas integrativas e complementares tem sido incluído nos currículos de cursos da saúde no Brasil?”

Diante do exposto, objetivou-se analisar de que forma o tema “práticas integrativas e complementares” tem sido incluído nos currículos de cursos da saúde no Brasil, com

foco na carga horária e formato de disciplinas/unidades curriculares. Ainda, por meio de uma abordagem crítica e reflexiva, pretende-se apresentar um panorama nacional das práticas integrativas nos cursos de saúde, 18 anos depois da publicação da PNPIC, identificando lacunas e oportunidades que visam contribuir para a construção de estratégias mais eficazes de inserção das PICS na formação dos profissionais de saúde.

## 2 Material e Métodos

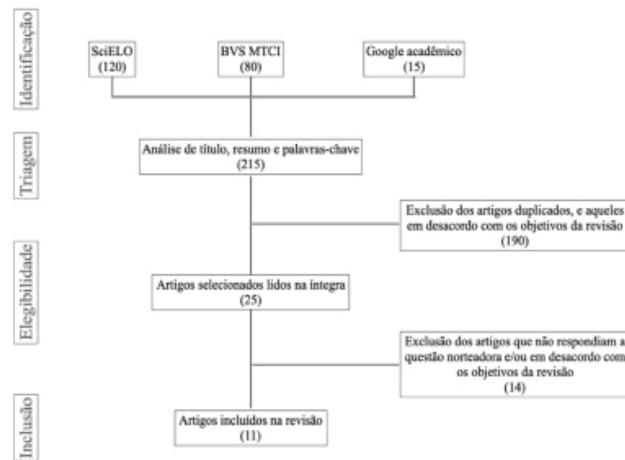
Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, que visa determinar o conhecimento atual sobre um assunto, analisando e sintetizando resultados sobre um determinado tema de maneira clara e objetiva (Dantas *et al.*, 2021).

Para tanto, as subsequentes fases do percurso metodológico foram seguidas: 1º identificação do tema e elaboração da questão norteadora, 2º busca de estudos na literatura, 3º coleta e categorização dos dados, 4º análise crítica dos estudos incluídos, 5º discussão dos resultados e apresentação da revisão integrativa (Dantas *et al.*, 2021).

A busca dos artigos foi realizada entre os meses de dezembro 2023 e janeiro de 2024, nas bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Biblioteca Virtual em Saúde em Medicinas Tradicionais, Complementares e Integrativas (BVS MTCI) e Google Acadêmico, nos idiomas português e inglês. Os descritores foram definidos com base nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), sendo utilizados então: “terapias complementares” (*Complementary Therapies*), “currículo” (*curriculum*), “ensino” e “ensino superior” (*teaching*). Os operadores booleanos AND e OR foram utilizados entre os termos para otimizar a busca.

Inicialmente os artigos foram selecionados pelo título, palavras-chave e resumo obedecendo aos seguintes critérios de inclusão: artigos científicos completos e disponíveis em português ou inglês, publicados entre 2018 e 2023 e que abordassem a inclusão do tema “práticas integrativas e complementares” nos currículos dos cursos de graduação em saúde no Brasil. O período inicial de 2018 foi estabelecido para seleção dos artigos porque foi o ano da última ampliação da PNPIC, que hoje abrange 29 práticas (Brasil, 2018b). Os critérios de exclusão estabelecidos foram artigos que tinham o objetivo de investigar apenas atitude ou percepção de estudantes sobre as PICS, editoriais e cartas ao leitor.

Foram encontradas 215 publicações nas bases de dados citadas. O Google Acadêmico foi utilizado para busca manual de artigos, pois a pesquisa nas demais bases de dados mencionadas retornou um número pequeno de publicações que respondiam à questão norteadora, ou que estavam de acordo com os objetivos propostos. Após a análise inicial, foram excluídos 190 artigos por não responderem ao objetivo desta revisão, sendo que um estava em duplicidade. Os 25 artigos restantes foram lidos na íntegra e, destes, 14 foram excluídos por não contemplar a questão norteadora restando, portanto, 11 artigos (Figura 1) que foram incluídos no estudo.

**Figura 1** – Fluxograma de seleção de artigos

Fonte: dados da pesquisa.

Quanto às bases de dados consultadas oito artigos foram provenientes do Google Acadêmico, dois da SciELO e um da BVS MTCTI. Dos 11 artigos analisados um (9%) foi publicado na língua inglesa, seguido do idioma português com 10 (91%) publicações. Dentre os anos de publicação 2023 teve uma (9%) publicação; 2022 apresentou quatro (36%); 2021 atingiu uma (9%); 2020 e 2019 contou com duas (18%) cada ano e, por último, o ano de 2018 teve uma (9%) publicação selecionada.

### 3 Resultados e Discussão

A categorização dos artigos apresentados no Quadro 2 incluiu os autores e ano de publicação, local, método, curso avaliado, desfecho analisado e forma de inserção do tema PICS no currículo. Destaca-se que os artigos não possuem um método uniforme para coleta de dados.

**Quadro 2** – Categorização dos estudos referente aos autores, ano de publicação, local, método, curso avaliado, desfecho analisado e forma de inclusão do tema PICS no currículo

Autores / Base de dados	Local	Método e Cursos Avaliados	Desfecho analisado	Forma de inclusão do tema PICS no currículo
Nascimento <i>et al.</i> 2018 SciELO	RJ	Pesquisa descritiva com abordagem quantitativa 15 cursos na área da saúde	Avaliação de 90 cursos de 6 IES públicas. Dados obtidos nos sites das IES e contato com as coordenações e secretarias.	46 disciplinas que contemplam PICS, sendo 39 na Graduação, 7 na Pós-graduação. Além destas há 3 Especialização <i>lato sensu</i> , 5 projetos de extensão e 2 ligas acadêmicas que, em conjunto formam 56 unidades de ensino. Ainda, 17 disciplinas eram obrigatórias e 19 disciplinas optativas e 10 eletivas, sendo em sua maioria com conteúdo informativo. Não houve análise de carga horária destas disciplinas.
Albuquerque <i>et al.</i> 2019 SciELO	Todas as regiões do Brasil	Pesquisa transversal descritiva com abordagem quantitativa Medicina	272 cursos. Dados obtidos pelos sites das IES e Inst. de bancos de dados governamentais.	Apenas 57 IES abordam PICS no currículo, com destaque para a oferta de homeopatia, acupuntura, medicina integrativa e fitoterapia, com predominância de componentes optativos. Sem investigação de dados referentes a carga horária das disciplinas.
Santos <i>et al.</i> 2019 Google Acadêmico	PI	Pesquisa exploratória descritiva, com abordagem quantitativa Nutrição	PICS em 11 cursos. Dados obtidos pela mat. curricular disponível nos sites das IES.	Houve a inclusão do tema fitoterapia em apenas 3 IES, de forma obrigatória e vinculada a disciplina de Nutrição Funcional, com carga horária de 60h.
Martins; Bezerra, 2020 Google Acadêmico	AM	Relato de experiência Enfermagem Medicina e Odontologia	Oferta de PICS, para 26 estudantes de Enf., 33 de Med. e 2 de Odontologia.	Oferta de disciplina optativa de Acupuntura, Medicina Tradicional Chinesa e Terapias Complementares, com carga horária de 60 horas, sendo 30 horas teóricas e 30 horas de atividades práticas.
Oliveira <i>et al.</i> 2020 Google acadêmico	SP	Pesquisa descritiva com abordagem quantitativa Enfermagem	176 cursos de Graduação e Pós-graduação de 172 IES. Dados coletados nos sites das IES.	31 cursos com PICS na matriz curricular, com 17 disciplinas obrigatórias e 66 presenciais, com média de carga horária de 403,6 horas. Dos 31 cursos, 16 eram de Pós-graduação <i>lato sensu</i> e 15 de Graduação.
Barboni; Carvalho, 2021 BVS MTCTI	Todas as regiões do Brasil	Pesquisa documental com abordagem quantitativa Educação Física	172 cursos de 87 IES. Análise de mat. curriculares, ementas e programas das disciplinas disponíveis nos sites das IES.	Oferta de disciplinas voltadas às PICS em 25 IES; tema presente em 34 currículos (19 licenciaturas e 15 bacharelados). Maioria das disciplinas optativas, 19 disciplinas com carga horária acima de 60h. e 15 disciplinas com variação entre 30 e 48h.
Ferreira <i>et al.</i> 2022 Google Acadêmico	ES, SP, RJ MG	Estudo exploratório, descritivo e transversal Odontologia	180 cursos com análise das PICS pela matriz curricular nos sites das IES.	20 cursos incluíram PICS no currículo, de forma optativa em sua grande maioria. Carga horária variou entre 15h e 60h. Destaque para a oferta de homeopatia e acupuntura.
Morais <i>et al.</i> 2022 Google Acadêmico	PB	Estudo exploratório, documental, com abordagem quantitativa 17 cursos da área da saúde	Foram analisados PP de 17 cursos de duas Universidades públicas da Paraíba.	Oferta de 17 disciplinas na UFPB, sendo três obrigatórias e 14 optativas, maioria informativa. UEPB com 13 disciplinas, sendo 8 obrigatórias e 5 optativas, também com a maioria informativa. Em ambas IES a maioria das disciplinas tinha carga horária entre 30/32h e 45h.
Rocha <i>et al.</i> 2022 Google Acadêmico	Todas as regiões do Brasil	Pesquisa documental, com abordagem quantitativa Medicina Odontologia Enfermagem	Foram analisados PPP, matrizes curriculares e ementários de 317 cursos em IES públicas do Brasil.	Encontrados 273 componentes curriculares (CC) sobre PICS. A região Nordeste oferta 37,8% CCs sobre PICS; a região Sudeste oferta 31,5% CCs sobre PICS; a região Centro-Oeste oferta 7,2% CCs sobre PICS; a região Norte oferta 13,9% CCs sobre PICS; a região Sul oferta 9,6% dos CCs sobre PICS. Não foram avaliadas as cargas horárias das disciplinas/CC.
Santos <i>et al.</i> 2022 Google Acadêmico	SE	Relato de experiência Enfermagem	Oferta de uma disciplina online sobre PIC.	Disciplina virtual, com encontros síncronos duas vezes por semana, com duração de 3 horas cada. Disciplina optativa, sem menção da carga horária.
Lara <i>et al.</i> 2023 Google Acadêmico	MS	Estudo descritivo, análise docum. e abordagem qualitativa Enfermagem	Dados obtidos do Sistema e-MEC, e PP de 5 cursos de graduação.	Não há menção direta as PICS nos projetos pedagógicos dos cursos analisados, tanto em disciplinas obrigatórias, optativas, estágios, extensão e pesquisa.

Fonte: dados da pesquisa.

Três estudos investigaram a inserção das PICS em todos os estados brasileiros; o estado do Rio de Janeiro seguido pelos estados de Sergipe; Paraíba; Piauí; Amazonas e Mato Grosso do Sul foram contemplados, cada um, com um estudo. Por fim, a região Sudeste que compreende São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo foi incluída em outro estudo. Nota-se que a maioria dos estudos sobre a inclusão do tema PICS se concentrou em estados da região Norte, Nordeste e Sudeste. Observa-se de forma pontual a ausência de estudos que se concentraram em investigar, especialmente, as graduações nos estados da região Sul do país.

Em relação aos cursos avaliados, houve destaque para a graduação de Enfermagem, seguida de Odontologia, Medicina, Educação Física e Nutrição. Os demais cursos (Biomedicina, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional, Psicologia, Biologia, Medicina Veterinária, Serviço Social e Saúde Coletiva), foram incluídos naqueles estudos que investigaram instituições de saúde no geral.

O relato de experiência foi descrito por 18,1% dos pesquisadores (Martins; Bezerra, 2020; Santos *et al.*, 2022), sendo que os demais (81,8%) empregaram análise documental com abordagem quantitativa. Portanto, a coleta dos dados mais utilizada foi por meio das informações disponibilizadas pelas IES em seus respectivos *websites*. Poucos artigos incluíram contato direto com as instituições para levantamento de dados, o que pode ter deixado informações relevantes fora das análises finais.

O tamanho amostral das pesquisas com abordagem quantitativa teve variação de cinco a 317 graduações analisadas; quatro artigos analisaram apenas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas (Barboni; Carvalho, 2021; Morais *et al.*, 2022; Nascimento *et al.*, 2018; Rocha *et al.*, 2022) e cinco analisaram IES públicas e privadas (Albuquerque *et al.*, 2019; Ferreira *et al.*, 2019; Lara *et al.*, 2023; Oliveira *et al.*, 2020; Santos *et al.*, 2019).

De acordo com Gontijo e Nunes (2017), o significado da medicina convencional, alternativa ou complementar difere muito entre os países, não sendo bem definido. No Brasil a definição do termo “medicina complementar” não é consenso, pois a classe médica habitualmente utiliza o termo “medicina alternativa” para as práticas não convencionais, ou seja, para aquelas que não são ensinadas na graduação. Porém, os tratamentos convencionais nem sempre podem ser substituídos tornando esta nomenclatura não adequada.

A utilização da denominação “Práticas Integrativas e Complementares em Saúde” ganhou força com a publicação da PNPIC em 2006, que abrangia inicialmente a oferta de Medicina Tradicional Chinesa/Acupuntura, Homeopatia, Plantas Medicinais/ Fitoterapia, Medicina Antroposófica e Termalismo Social/Crenoterapia. Com as ampliações da política em 2017 e 2018, foram englobadas uma série de racionalidades médicas e recursos terapêuticos que promovem a visão ampliada do processo saúde-doença, além de contribuir para um cuidado global e humanizado como, por exemplo Yoga, Meditação, Aromaterapia, Musicoterapia, Terapia de Florais, entre outras (Brasil, 2018a).

O histórico de inclusão das PICS no Sistema Único de Saúde (SUS) evidencia vários desafios e fragilidades na sua expansão. Entre os principais obstáculos estão as falhas no cadastro dos atendimentos nos sistemas de informação do SUS, como o Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA-SUS) e o Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (Sisab/e-SUS). Essas deficiências dificultam o monitoramento e a avaliação das PICS. Além disso, há um baixo grau de conhecimento dos gestores e profissionais sobre a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), agravado pela insuficiente inserção do tema nos currículos das graduações em saúde, o que resulta em uma formação profissional inadequada (Habimorad, 2020; Silva, *et al.*, 2022).

Estudo realizado por Lara *et al.* (2023), avaliou a inclusão do tema PICS nos currículos do curso de Enfermagem em cinco IES localizada em Campo Grande/MS. Apesar dos cursos não apresentarem em seus currículos a inserção de PICS, os autores fazem menção aos raizeiros, comerciantes do mercado municipal de Campo Grande, que vendem plantas que podem ser utilizadas para o tratamento de vários sinais e sintomas de doenças relacionadas à falta saneamento básico, o que demonstra o interesse e uso popular de fitoterápicos para o cuidado em saúde. Apenas duas IES apresentavam disciplinas que abordavam indiretamente o ensino das plantas medicinais e sua relação com as características étnicas indígenas e africanas, bem como a influência portuguesa. Os autores concluem que as IES analisadas não atendem as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Enfermagem no que tange aos aspectos das práticas integrativas, e necessitam repensar seus projetos pedagógicos, bem como currículos, a fim de alinhá-los com a formação do enfermeiro generalista.

Estudo realizado no Estado de São Paulo por Oliveira *et al.* (2020), com 172 IES que ofertavam o curso de Enfermagem, constatou que apenas 31 IES (18%) apresentavam na matriz curricular disciplinas relacionadas as PICS e, destas disciplinas ofertadas, 17 (9,9%) eram obrigatórias e 15 (8,7%) optativas. Dentre as 31 instituições identificadas, 16 (51,6%) eram de cursos de pós-graduação *lato sensu* e 15 (48,4%) de cursos de graduação em Enfermagem. Os autores concluem que

[...] há escassez de instituições públicas e privadas do Estado de São Paulo que oferecem disciplinas nos cursos de graduação sobre essas práticas, além de cursos de pós-graduação *lato sensu* (Oliveira *et al.*, 2020 p. 4396).

Ainda sobre o curso de Enfermagem Santos *et al.* (2022), relatam sobre a oferta de uma disciplina optativa de PICS na Universidade Federal de Sergipe, que englobava os temas de Auriculoterapia, Aromaterapia Vibracional, Aromaterapia Tradicional, Constelação Familiar, Metafísica da Saúde, Meditação, Florais de Bach, Radiestesia e Radiônica, Reiki e Barra de Access, além de seminários apresentados pelos estudantes que incluía outras PICS. O estudo destaca a importância de incluir esse tema nos currículos, embora reconheça que a opção por o tornar facultativo pode afastar alguns estudantes, pois os mesmos não têm contato com a

temática durante a graduação. Os autores descrevem que a disciplina foi bem-sucedida, contribuindo para a formação dos estudantes tanto no âmbito acadêmico como profissional e pessoal.

Estudo efetuado por Ferreira *et al.* (2022), sobre a oferta de PICS na graduação em Odontologia, realizado em 180 IES na região Sudeste, constatou que há inclusão do tema em apenas 11,1% das IES, com destaque para oferta de Homeopatia e Acupuntura. Este estudo corrobora com outros achados na literatura, e confirma a tendência da oferta de disciplinas sobre PICS de forma optativa (Albuquerque *et al.*, 2019; Barboni; Carvalho, 2021; Morais *et al.*, 2022; Rocha *et al.*, 2022). Ainda referente a graduação em Odontologia Rocha *et al.* (2022), destacam que não são oferecidos componentes curriculares relativos às PICS em IES públicas nas regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil e, essa oferta é pouco expressiva nas outras regiões do território nacional.

Resultado semelhante foi observado nas graduações em Nutrição no estado do Piauí por Santos *et al.* (2019). De um total de onze IES que ofereciam o curso, oito não apresentavam nenhuma menção à Fitoterapia ou Plantas Mediciniais nos currículos. Os autores acreditam que a deficiência no aprendizado acerca do tema Fitoterapia pode diminuir a área de atuação profissional, prejudicando também a orientação aos pacientes que gostariam de utilizar esta terapêutica.

Em concordância com os autores supracitados, Ferreira *et al.* (2022), também citam que o pouco contato dos estudantes durante a graduação com o tema pode afetar a escolha por estas especialidades, gerando baixa adesão dos profissionais. Esta preocupação também foi demonstrada por Gontijo e Nunes (2017), ao analisar o conhecimento sobre as PICS e PNPIC com 118 profissionais de saúde, atuantes no Sistema Único de Saúde de três municípios brasileiros. O estudo apresenta resultado demonstrando que a maioria dos profissionais desconhecia a política sobre a temática, pois o conhecimento apresentado resultou de leituras e/ou experiências de familiares com as PICS.

Em um relato de vivência descrito por Martins e Bezerra (2020), é abordada a introdução de Acupuntura como disciplina optativa, com uma carga horária de 60 horas nos cursos de graduação em Enfermagem, Medicina e Odontologia. Os autores apontam que a disciplina foi bem recebida, não houve desistências, e foi incorporada ao projeto pedagógico dos cursos tornando-se uma disciplina permanente no currículo. Assim como Ferreira *et al.* (2022) e Gontijo e Nunes (2017), os autores do relato também afirmam que a disponibilidade de conhecimento nas práticas integrativas é considerada como um fator que pode influenciar os futuros profissionais na decisão de especialização.

No que diz respeito ao curso de Educação Física, Barboni e Carvalho (2021) citam a inclusão do tema PICS nas Universidades Públicas Federais e Estaduais no Brasil, além de programas de pós-graduação e grupos de pesquisa. Os autores apontam deficiências na formação dos cursos de Educação Física para atuação no SUS e na abordagem de PICS. Há relato de prevalência da oferta de disciplinas sobre

a temática no Nordeste e Sudeste, mas os pesquisadores destacam a preocupante ausência nos currículos da região Norte, uma vez que é uma região com significativa presença de comunidades indígenas e, por isso, poderia haver um espaço maior para discutir sobre o assunto.

Rocha *et al.* (2022), realizaram uma investigação abrangente nos cursos de Medicina, Enfermagem e Odontologia em Universidades Públicas brasileiras em relação às disciplinas e componentes curriculares sobre PICS. O estudo revela que a maioria das disciplinas que contempla PICS apresenta caráter optativo, com poucas atividades práticas. Além disso, observa-se no estudo uma forte conexão com a Saúde Coletiva refletindo uma abordagem generalista, o que os autores atribuem à persistente influência dos modelos biomédicos e à possível reticência dos docentes e instituições em promover debates mais amplos sobre o tema.

Estudo feito por Morais *et al.* (2022), na Universidade Estadual da Paraíba, aponta resultados que vão na contramão de outros estudos, pois com a maioria das disciplinas sendo obrigatórias os autores acreditam que este fato possibilita diminuir a resistência e preconceitos frente às PICS. Também destacam a formação docente como ponto importante para o rompimento com o modelo biomédico vigente. Segundo os autores as graduações de Enfermagem, Farmácia e Fisioterapia têm destaque na oferta de PICS, e as modalidades terapêuticas mais frequentes correspondem a Fitoterapia, Homeopatia e Acupuntura/Medicina Tradicional Chinesa. Concluem que apesar da oferta de PICS, as disciplinas são predominantemente segmentadas, com abordagem teórico-conceitual e informativas.

Nascimento *et al.* (2018) ao analisar 15 cursos de saúde (Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Serviço Social, Saúde Coletiva e Terapia Ocupacional) em nível de graduação e pós-graduação de IES públicas do estado do Rio de Janeiro, encontraram a maioria das disciplinas relacionadas as PICS sendo oferecidas de forma optativa, com abordagem teórica conceitual e informativa. Os cursos que tiveram destaque e mais ofertavam disciplinas sobre PICS foram a Medicina, Farmácia e Enfermagem, sendo que para os cursos de Serviço Social, Nutrição e Fisioterapia não foram encontrados componentes curriculares com a temática. Os temas mais frequentes foram Homeopatia, Meditação e Práticas Corporais. Os autores observam que muitas disciplinas são compartimentalizadas e anexadas ao corpo central do conhecimento em saúde.

No âmbito específico da Medicina, quanto à inclusão das PICS, Albuquerque *et al.* (2019) constataram que as disciplinas e componentes optativos predominaram nas 272 instituições investigadas em todo território nacional, destacando-se a inclusão de disciplinas como Homeopatia, Acupuntura, Medicina Integrativa e Fitoterapia. No entanto, com base em estudos prévios, os autores relatam que embora o número de escolas médicas tenha crescido, visto que quase triplicou após a década de 70, não houve aumento proporcional

e significativo na inclusão de PICS nos currículos dos cursos médicos.

Habimorad *et al.* (2020) apontam algumas fragilidades para a implantação da PNPIC, tais como a formação deficiente em PICS seja na graduação, pós-graduação e também na educação permanente ocasionando a baixa demanda desses profissionais no SUS. Além da baixa oferta de educação em PICS, ou autores citam a falta de financiamento específico para a PNPIC como um dos principais desafios. Argumentam que a forma como o movimento da medicina integral foi incorporada no Brasil contribuiu para essa lacuna do ensinamento em PICS nas instituições públicas de ensino. Mattos (2009) aponta que, do ponto de vista da história, essa vertente não foi institucionalizada e permaneceu restrita aos departamentos de medicina preventiva. O autor ainda destaca que a integralidade nas práticas dos profissionais de saúde visa identificar as necessidades dos usuários, empregando não somente técnicas de prevenção, mas também considerando necessidades que vão além do controle de doenças. Deste modo, no contexto brasileiro, a fragmentação privilegiando as especialidades médicas, e o reducionismo ressaltando as dimensões exclusivamente biológicas da assistência em saúde, levaram a discussão sobre a integralidade a deixar de focar na boa prática médica, como uma atitude desejável, passando a abordar a estruturação dos serviços, práticas, políticas e programas.

Para Habimorad *et al.* (2020), o entendimento sobre a PNPIC pelos gestores, profissionais e usuários é apenas o primeiro passo para implantação sustentável da PNPIC, que deve acontecer mediante um processo coletivo de planejamento visando a adequação de ações de assistência às realidades e necessidades regionais.

#### 4 Conclusão

No Brasil há diferenças significativas na forma de inclusão das Práticas Integrativas e Complementares nos currículos das graduações na área da saúde. Observou-se que a graduação em Enfermagem é a que mais oferta as PICS, seguida da Medicina, Odontologia, Educação Física e Nutrição. Os demais cursos foram incluídos em análises conjuntas e não de forma pontual.

Apesar da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares ter sido implementada no Brasil há mais de uma década, observa-se que a presença da temática PICS nos currículos é limitada e, quando está presente, muitas vezes trata-se de disciplina optativa com carga horária reduzida, com poucas atividades práticas e abordagem predominantemente teórica-conceitual e informativa. Nota-se também que, por consequência, este tema raramente está presente em projetos de extensão e grupos de pesquisa nas instituições. Outro ponto importante foi a observação de estudos com a coleta de dados realizada apenas nos sites das IES, fato pode ter contribuído para omissão de informações importantes para a análise da oferta de disciplinas e suas respectivas cargas horárias.

A predominância de disciplinas e componentes optativos

pode limitar o contato dos estudantes com essas práticas, o que poderia levar a uma influência negativa em sua decisão de especialização e na sua prática profissional futura. Desta forma, é essencial que discussão acerca do tema esteja em constante evolução, necessitando de uma resposta flexível por parte de todos os atores envolvidos, instituições, docentes e discentes.

Apesar dos esforços para melhorar a inclusão das PICS nas matrizes curriculares, ainda há muitos desafios a serem superados tais como a falta de uma padronização na abordagem dessas práticas, a falta de apoio institucional e a dificuldade no diálogo entre IES e docentes acerca da temática.

A promoção de uma formação mais completa pode contribuir para a preparação de profissionais mais abertos à incorporação das práticas integrativas no cuidado em saúde, levando em consideração também as necessidades da população. Destaca-se a importância da reflexão crítica sobre a inclusão das PICS nos currículos de forma a considerar não apenas as diretrizes nacionais, mas também as diversidades regionais e a demanda da sociedade.

Por fim, ressalta-se que as PICS no contexto da saúde devem propor uma visão ampliada do processo saúde-doença, que vai além da abordagem tradicional focada apenas no aspecto biológico, mas deve contemplar a percepção da real necessidade de cada indivíduo. Essa perspectiva enfatiza a promoção do cuidado integral do ser humano com especial atenção ao autocuidado, a utilização de diversas abordagens terapêuticas e valorização de práticas tradicionais e conhecimento popular, considerando o indivíduo como um todo e integrando os aspectos físicos, emocionais, mentais e sociais na busca pelo bem-estar.

#### Referências

ALBUQUERQUE, L. V. C. et al. Complementary and Alternative Medicine Teaching: Evaluation of the Teaching-Learning Process of Integrative Practices in Brazilian Medical Schools. *Rev. Bras. Educ. Méd.*, v.43, n.4, p.109-116, 2019. doi: 10.1590/1981-52712015v43n4RB20180259ingles

BARBONI, V. G. A. V.; CARVALHO, Y. M. Complementary and integrative medicine in the higher education of physical education: Advances, challenges, old and new debates. *Saúde Soc.*, v.30, n.3, 2021. doi 10.1590/S0104-12902021200872.

BRASIL, Ministério da Saúde. *Portaria n.º 971 de 03 de maio de 2006*. Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde. Brasília: MS, 2006.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Política nacional de práticas integrativas e complementares no SUS: atitude de ampliação de acesso*. Brasília: MS, 2015.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. *Manual de implantação de serviços de práticas integrativas e complementares no SUS*. Brasília: MS, 2018a

BRASIL, Ministério da Saúde. *Portaria n.º 702, de 21 de março de 2018*. Altera a Portaria de Consolidação n.º 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para incluir novas práticas na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares. Brasília: MS, 2018b

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Saúde da Família. *Relatório de Monitoramento Nacional das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde nos Sistemas de Informação em Saúde*. Brasília: MS, 2020.

BOCCOLINI, P. M. M.; SIQUEIRA BOCCOLINI, C. Prevalence of complementary and alternative medicine (CAM) use in Brazil. *BMC*, v.20, n.1, p.51, 2020. doi: 10.1186/s12906-020-2842-8.

DANTAS, H.L.L. *et al.* Como elaborar uma revisão integrativa: sistematização do método científico. *Recien*, v. 12, n. 37, p. 334-345, 2021. doi: 10.24276/rrecien2022.12.37.334-345

FERREIRA, L. M. *et al.* Panorama do ensino das práticas integrativas e complementares nos cursos de graduação em Odontologia no Sudeste brasileiro. *HU Rev.*, v.45, n.1, p.13-21, 2019. doi: 10.34019/1982-8047.2022.v48.37496

GONTIJO, M. B. A.; NUNES, M. F. Práticas integrativas e complementares: conhecimento e credibilidade de profissionais do serviço público de saúde. *Trab., Educ. Saúde*, v. 15, n. 1, p. 301-320, 2017. doi: 10.1590/1981-7746-sol00040

HABIMORAD, P. H. L. *et al.* Implementation of Brazil's national policy on complementary and integrative practices: strengths and weaknesses. *Ciênc. Saúde Coletiva*, v. 25, n. 2, p. 395-405, 2020. doi: 10.1590/1413-81232020252.11332018

HOMBERG, A. *et al.* Interprofessional education on complementary and integrative medicine. *Clin. Teacher*, v. 18, n. 2, p. 152-157, 2021. doi: 10.1111/tct.13280

LARA, S. D. *et al.* As práticas integrativas e complementares em saúde na formação do enfermeiro em instituições de ensino superior de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. *Rev. Ens. Educ. Ciênc. Hum.*, v. 24, n. 1, p. 33-43, 2023. doi: 10.17921/2447-8733.2023v24n1p33-43.

MARTINS, A.; BEZERRA, J. N. A. Ensino de práticas

integrativas em saúde em uma universidade pública do Amazonas: incluindo a medicina tradicional chinesa na formação de médicos, enfermeiros e odontólogos. *Braz. J. Health Rev.*, v. 3, n. 5, p. 12129-12138, 2020. doi: 10.34119/bjhrv3n5-060.

MATTOS, R. A. Os sentidos da integralidade: algumas reflexões acerca de valores que merecem ser defendidos. In: PINHEIRO R; MATTOS R. A. *Os sentidos da integralidade na atenção e no cuidado à saúde*. Rio de Janeiro: UERJ/IMS/Abrasco, 2009. p.39-64.

MEDEIROS, N. T. *et al.* Complementary and Integrative Medicine in academic health education. *Compl. Ther. Med.*, v.63, 2021. doi: 10.1016/j.ctim.2021.102785

MORAIS, M. S. T. *et al.* As práticas integrativas e complementares nos cursos da saúde de universidades públicas. *Rev. Ed. Pop.*, p. 117-134, 2022. doi: 10.14393/REP-2022-67311.

NASCIMENTO, M. C. *et al.* Formação em práticas integrativas e complementares em saúde: desafios para as universidades públicas. *Trab. Educ. Saúde*, v. 16, n. 2, p. 751-772, 2018. doi: 10.1590/1981-7746-sol00130.

OLIVEIRA, T. A. *et al.* Ensino das práticas integrativas e complementares nos cursos de enfermagem do Estado de São Paulo. *Nurs. (São Paulo)*, v. 23, n.266, p.4392-4401, 2020. doi: 10.36489/nursing.2020v23i266p4392-4401

ROCHA, E. M. S. *et al.* Mapeamento do ensino de práticas integrativas e complementares nas graduações de Enfermagem, Medicina e Odontologia. *Rev. Doc. Ens. Sup.*, v. 12, p. 1-21, 2022. doi: 10.35699/2237-5864.2022.35437.

SANTOS, G. M. *et al.* O ensino da fitoterapia nos cursos de nutrição em um estado do Nordeste brasileiro. *Rev Bras. Obes., Nutr. Emagrec.*, p. 68-72, 2019.

SANTOS, T. S. *et al.* Ensino das práticas integrativas e complementares em saúde na enfermagem. *Res. Soc. Develop.*, v.11, n.2, 2022. doi: 10.33448/rsd-v11i2.25336.

SILVA, M. A. M. *et al.* Práticas integrativas e complementares: desafios na implementação no Sistema Único de Saúde. *Res. Soc. Develop.*, v. 11, n. 12, e472111234891, 2022. doi: 10.33448/rsd-v11i12.34891